

Limits of citizenship – migrants and post-national membership in Europe*

Ana Cristina Braga Martes**

A autora, professora assistente de Sociologia na Universidade de Harvard, analisa as modificações nas políticas e nos discursos institucionais dirigidos aos imigrantes de seis países europeus receptores: Suécia, Inglaterra, Alemanha, França, Holanda e Suíça.

A análise sobre os *guestworkers*, principal objeto da pesquisa, revela uma recente e significativa extensão de direitos a estes trabalhadores imigrantes, direitos antes restritos aos membros do Estado nacional. No mundo contemporâneo, as “pessoas” e não apenas os “cidadãos” passam a assegurar para si um conjunto amplo de direitos e deveres no interior de uma nação que originalmente não é a sua, e a compartilhar privilégios até então exclusivos aos membros de um determinado território. Nesse novo quadro, conclui a autora, é necessário repensar o conceito clássico de cidadania. E diante desta “nova cidadania”, que compreende uma recodificação de direitos de maneira a enfatizar a “pessoa”, mais do que a nacionalidade, indaga: como ficarão os Estados nacionais?

Soysal evoca a maneira pela qual os *guestworkers*, trabalhadores privados

do *status* legal de cidadania, estão sendo cada vez mais incorporados pelos vários sistemas institucionais – o educacional, o *welfare*, o mercado de trabalho etc. – dos países de destino. Paralelamente, eles participam de sindicatos e aparecem formalmente representados em demandas coletivas. São, portanto, atores políticos com direitos e deveres institucionalizados, a despeito de serem privados do *status* de cidadãos. Alguns chegam até a participar, por meio do voto, de estruturas de poder locais.

Essa nova situação, denominada por Soysal de “pós-nacional”, reflete não apenas uma nova lógica, como uma nova práxis. O que anteriormente era tido como direitos de cidadania, de acordo com o modelo clássico de Estado nacional, é agora incorporado pelos grupos de imigrantes, ancorado na noção de *direitos humanos*.

Tendo em vista a montagem de um quadro comparativo, a autora examina as formas específicas pelas quais cada país promove a incorporação dos trabalhadores imigrantes. A Suécia e a Inglaterra são tomados como exemplos opostos de incorporação. No primeiro país, a incor-

* SOYSAL, Yasemin Nuhoglu. *Limits of citizenship – migrants and post-national membership in Europe*. Chicago/Londres, The University of Chicago Press, 1994, 244 p.

** Doutoranda em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP) e *visiting scholar* no Massachusetts Institute of Technology (MIT), Cambridge, Mass.

poração ocorre mediante instrumentos de políticas de bem-estar social e de direitos sociais específicos aos grupos imigrantes, cujos principais canais de acesso são as corporações oficiais. Já na Inglaterra a incorporação é individualizada. Os direitos civis e a forma de participação no mercado de trabalho são, neste caso, os principais instrumentos de incorporação. Ademais, as iniciativas voltadas para os imigrantes têm, na Inglaterra, caráter voluntário e local, ao passo que na Suécia as elites profissionais colocam-se como intermediárias entre o Estado e os grupos de imigrantes.

Sua abordagem opõe-se às abordagens tradicionais sobre a incorporação do imigrante nos países de destino, que enfatizam a cultura do imigrante (costumes, tradições, religião) como o principal fator condicionante das formas de participação e interação. Soysal, ao contrário, procura no sistema institucional dos países receptores a racionalidade e a forma de atuação tanto do Estado quanto dos grupos imigrantes.

Segundo a autora, os esquemas de incorporação ("tomar parte na política") de imigrantes no período pós-guerra são modelados por dois fatores. O primeiro, específico a cada país, refere-se às instituições e à organização da incorporação de imigrantes nas políticas governamentais (1). O segundo, que engloba tendências mundiais, diz respeito às mudanças na ordem global e no discurso sobre direitos humanos promovido por instituições transnacionais como, por exemplo, a

Unesco. Com o objetivo de sistematizar um modelo explicativo, Soysal sintetiza quatro modos de incorporação: corporativista, liberal, estatista e fragmentada.

Infelizmente, a pesquisa apresentada restringe-se aos programas, orçamentos e discursos, deixando de fora, portanto, a implementação e a efetividade de políticas.

O livro, apesar de criativo e ousado, não focaliza a relação Estado-população imigrante como parte fundamental no estabelecimento de políticas públicas e aquisição de direitos. Por um lado, traz uma importante contribuição ao criticar a bibliografia tradicional por priorizar os fatores culturais dos grupos de imigrantes na "modelagem" de suas formas específicas de participação no sistema institucional. Mas, por outro, ao focalizar a atuação governamental, Soysal deixa escapar os movimentos sociais e outras formas de ação coletiva das populações imigrantes, que se têm demonstrado significativas na vida política dos países do Oeste Europeu (o livro analisa apenas a estrutura de organização dos grupos).

Ainda restaria uma última pergunta: levando-se em consideração as manifestações nacionalistas contra a permanência e a entrada de imigrantes na Alemanha, na França e nos Estados Unidos, a concentração da força de trabalho imigrante nos vários tipos de subemprego etc., seria realmente tênue a linha divisória entre imigrantes e cidadãos na nova ordem mundial?

(1) Segundo dados governamentais, a incorporação no esquema de cidadania vem sendo, atualmente, em grande parte, recusada pelos próprios imigrantes: apenas 8% dos imigrantes da Alemanha expressam interesse em adquirir cidadania alemã. Mesmo os imigrantes de segunda geração na Europa resistem a requerer cidadania. Nos Estados Unidos, 37% dos imigrantes legais requerem naturalização. Assim, diferentemente do que diz a bibliografia tradicional, os casos atuais demonstram mudanças significativas, pois os imigrantes não mais esperam ser absorvidos como "cidadãos" nos países de destino.